

AUTORES

Flávio Sacco dos Anjos*

saccodosanjos@gmail.com

Nádia Velleda Caldas**

Velleda.nadia@gmail.com

* Professor titular no Departamento de Ciências Sociais Agrárias da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL, Brasil).

** Professora adjunta no Departamento de Ciências Sociais Agrárias da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL, Brasil).

Inovações no combate à fome e à insegurança alimentar: a estratégia brasileira

Innovaciones en la lucha contra el hambre y la inseguridad alimentaria: la estrategia brasileña

Innovations to fight against hunger and food insecurity: The Brazilian strategy

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar a experiência brasileira de enfrentamento à fome e à insegurança alimentar na última década. Neste país, o assunto converteu-se em política do Estado sob a égide de diversos instrumentos e políticas públicas. Uma das ferramentas mais promissoras foi a criação dos mercados institucionais, sistema que assegura a conciliação entre a ampliação do acesso aos produtos agroalimentares e a inclusão social dos agricultores familiares. A criação destes mercados deve ser atribuída à confluência de três vetores. Em primeiro lugar, ao esforço estatal em prol da consolidação do espaço da agricultura familiar iniciado na primeira metade dos anos noventa. Em segundo lugar, ao protagonismo das forças que militam no campo da agricultura familiar. Em terceiro lugar, há que sublinhar as circunstâncias políticas do Brasil, em meio à necessidade do Estado, no sentido de ampliar o leque de alianças com os movimentos sociais e de resgatar compromissos históricos com a redução das desigualdades.

RESUMEN

El objetivo del artículo es analizar la experiencia brasileña de lucha contra el hambre y la inseguridad alimentaria en la última década. En este país el asunto se ha convertido en política del Estado bajo la égida de diversos instrumentos y políticas públicas. Una de las herramientas más promisoras fue la creación de los mercados institucionales, sistema que asegura la conciliación entre la ampliación del acceso de la población a los productos agroalimentarios y la inclusión social de los pequeños agricultores (agricultura familiar). La creación de dichos mercados debe atribuirse a la confluencia de tres vectores. En primer lugar, al esfuerzo estatal en pro de la consolidación del espacio de la agricultura familiar iniciado en la primera mitad de los años noventa. En segundo lugar, al protagonismo de las fuerzas que militan en el ámbito de la agricultura familiar. En tercer lugar, hay que subrayar las circunstancias políticas de Brasil, con la necesidad del Estado de ampliar el abanico de alianzas con los movimientos sociales y de rescatar compromisos históricos con la reducción de las desigualdades.

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze the Brazilian experience of confronting hunger and food insecurity in the last decade. In this country, the matter has become state policy under the aegis of various public instruments and policies. One of the most promising tools was the creation of institutional markets, a system that ensures the link between expanding access to food products for the population and the social inclusion of family farmers. The creation of these markets must be attributed to the confluence of three vectors. Firstly, the State effort to consolidate the area of family agriculture that began in the first half of the 1990s. Secondly, the protagonism of the forces working in the field of family agriculture. Thirdly, the political circumstances of Brazil must be emphasized, amidst the State's need to expand its range of alliances with social movements and to meet historical commitments with the reduction of inequalities.

1. Introdução

Firmada no dia 8 de setembro de 2000 pelos 191 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), a Declaração do Milênio (DM) surge como corolário e síntese de diversos acordos internacionais que se desenvolveram em várias cúpulas mundiais ao longo dos anos 1990. Sob a égide desse movimento, foram estabelecidos oito grandes objetivos, sendo que o principal deles era acabar com a fome e a miséria em todo o planeta. À época da assinatura da DM, a ONU estimava a existência de 1,2 bilhão de pessoas sobrevivendo com menos de um dólar/dia, submetidas, assim, ao flagelo da fome e da insegurança alimentar.

A meta proposta era chegar em 2015 com uma redução de ao menos 50% no número de pessoas vivendo na pobreza extrema, situação que decorre do efeito de diversos fatores, que vão da escassez de oportunidades de emprego e renda, dos obstáculos no acesso à água e à terra, bem como da falta de assistência técnica e de apoios materiais para produzir.

O Brasil atingiu a meta dez anos antes do previsto. Esse fato e outros elementos contribuíram para afiançar a recondução de Graziano da Silva para um novo mandato (2015-2019) como Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. Eis que o agrônomo e economista brasileiro colheu nada menos que 177 dos 182 votos possíveis dentre os países participantes desta eleição. Esse fato reveste importância, devendo ser visto como prova insofismável do reconhecimento mundial que o Brasil conquistou, ao longo da última década, no que tange à eficácia das políticas públicas adotadas na área de segurança alimentar e nutricional.

O conhecido “Fome Zero” é, em verdade, um macroprograma (Anjos, Caldas & Sivini, 2016) que prevê uma série de instrumentos de atuação, incluindo a criação de um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), de um cadastro nacional de pessoas atendidas, de uma política de transferência direta de renda (Bolsa-família), do fortalecimento da agricultura familiar, bem como da criação de sistemas locais de abastecimento alimentar.

O fato é que a segurança alimentar vem se convertendo, desde o final do século passado, em matéria de renovado interesse no Brasil e nos demais países latino-americanos. Este tema tem suscitado um amplo debate tanto na perspectiva da atuação estatal (Belik, Silva & Takagi, 2001; Feliciello & Garci, 1996; Maluf & Valente, 1996) quanto no plano estritamente acadêmico.

No primeiro caso, como consequência da aparição de um conjunto de questões que vão desde a preocupação em torno à avaliação do impacto de políticas públicas de combate à fome e à insegurança alimentar, até discussões mais recentes que tratam da ampliação da produção de biocombustíveis e de supostas implicações sobre a oferta mundial de alimentos (Graziano da Silva & Tavares, 2008; Hoffmann, 2006; FAO-ONU, 2008).

Na perspectiva acadêmica, são igualmente importantes os aspectos implicados, sobretudo devido à natureza multifacetada e do caráter transversal da segurança alimentar enquanto objeto da reflexão. Do ponto de vista conceitual, admite-se a existência de, pelo menos, duas grandes acepções na literatura internacional. A primeira delas (*safety food*) apresenta-se como circunscrita às preocupações sobre a qualidade dos alimentos do ponto de vista da ausência de agentes contaminantes (inocuidade) dos mais diversos tipos (físicos, químicos, microbiológicos). Já a segunda acepção (*food security*) contempla múltiplos significados relacionados tanto com a noção de soberania e disponibilidade alimentar no

PALAVRAS-CHAVE

Segurança alimentar e nutricional; Brasil; mercados institucionais; agricultura familiar; inclusão social

PALABRAS CLAVE

Seguridad alimentaria y nutricional; Brasil; mercados institucionales; agricultura familiar; inclusión social

KEYWORDS

Food and nutrition security; Brazil; institutional markets; family farming; social inclusion

Recibido:

01.10.2017

Aceptado:

21.03.2018

âmbito de um país ou região, até elementos de maior envergadura e complexidade, como é o caso da questão das mutações operadas sobre a cultura alimentar das populações.

No Brasil, a expressão SAN (Segurança Alimentar e Nutricional) consagrou-se como noção forjada em meio ao esforço por integrar dois enfoques principais que estiveram na base da evolução dessa noção, quais sejam, o socioeconômico e o de saúde e nutrição. No curso dessa reflexão consolidou-se a necessidade premente de pensar essa noção numa perspectiva intersetorial. Decididamente não pode ser assumida como um problema circunscrito à esfera da produção agroalimentar, como a seguir veremos.

Estes e outros aspectos se inserem no contexto da trajetória que culminou, no Brasil, com o aparecimento de diversos instrumentos de intervenção estatal e de novas institucionalidades, sobretudo a partir da criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), instituído pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, de um Conselho Nacional (CONSEA) e de conselhos similares no âmbito dos estados da federação e de diversos municípios do país.

Instalado em 2003, o CONSEA possui um caráter consultivo e assessorou a Presidência da República na formulação de políticas e definição de orientações para que o país assegurasse o direito humano à alimentação durante os sucessivos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) na última década. São evidentes os sinais que demonstram que se avançou nessa matéria e que o objetivo de combater a fome e a insegurança alimentar representa uma das bandeiras que não somente foi responsável pela conquista do cargo de presidente deste país por Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006), de sua reeleição (2007-2011) e, mais recentemente, por eleger sua sucessora, Dilma Rousseff (2011-2014), que desde sua investidura renovou o compromisso de aplacar a fome e a miséria extrema desta nação continental marcada por grandes desigualdades.

O presente estudo persegue dois grandes objetivos. O primeiro deles é justamente analisar a questão da segurança alimentar no Brasil a partir de dados e informações disponíveis, bem como avaliar o impacto dos instrumentos de intervenção estatal adotados no último decênio. O segundo deles é mostrar alguns elementos que, desde nosso ponto de vista, conferem singularidade à estratégia brasileira, fazendo com que esse país se tornasse um marco de referência em nível mundial.

Além dessa introdução, o artigo inclui outras três seções. A primeira delas cumpre dois objetivos. O primeiro deles é apresentar um panorama, não exaustivo, da evolução da pobreza e da indigência nos países da América Latina e Caribe. O segundo é analisar a realidade brasileira do ponto de vista da segurança alimentar das pessoas e domicílios a partir de dados obtidos através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. É na terceira seção que analisamos a criação dos mercados institucionais, considerada atualmente como a grande inovação brasileira em termos de política pública diante da possibilidade de conciliação da ampliação do acesso de alimentos e a promoção da inclusão social. A quarta e última seção reúne as considerações finais desse artigo.

2. A evolução da pobreza e da indigência nos países da América Latina e Caribe

Iniciada em 2008, a crise econômica mundial provocou inúmeros desdobramentos no cenário internacional e no âmbito das regiões mais frágeis do núcleo periférico do capitalismo. No caso da América Latina e Caribe esse fato supôs a interrupção de uma fase de crescimento econômico iniciada no começo do novo milênio, que fez com que entre 2003 e 2007 a economia regional crescesse quase 5% ao ano, fato que contribuiu para que o número de indigentes passasse de 19% para 13% entre 2002 e 2007 (Graziano da Silva & Tavares, 2008).

Segundo dados do Panorama da Segurança Alimentar e nutricional na América Latina e Caribe (FAO, 2010), o percentual de pobres passa de 33% para 34% e o de indigentes de 13% para 14% no intervalo de tempo compreendido entre 2008 e 2009. Em termos absolutos, o número de indigentes passou de 71 para 76 milhões, enquanto que o de pobres passou de 180 para 189 milhões de pessoas. Muitas são as causas apontadas para explicar esse cenário que, em boa medida, responde ao fato de que muitos países latino-americanos são diretamente influenciados pelos avatares das economias dos países capitalistas centrais, sendo especialmente dependentes das transferências de recursos dos imigrantes que lá vivem e trabalham. Por outro lado, a crise econômica não somente produziu a demissão de trabalhadores, mas também a redução de salários e das rendas auferidas.

O documento elaborado pela FAO (Panorama de la Seguridad Alimentaria y Nutricional en América Latina y el Caribe) mostrou que em três anos (2006-2009) desvaneceram-se os avanços logrados em quinze anos de combate à fome na América Latina e Caribe como resultado da crise econômica mundial.

Segundo a mesma fonte, esta região foi a única do mundo que não alcançou uma redução significativa na quantidade de pessoas com fome, que permanece praticamente inalterada entre os anos 2009 e 2010 e ascende a 53 milhões de indivíduos. A crise econômica afetou direta e profundamente a capacidade dos Estados em expandir o gasto social e de implementar programas de combate à insegurança alimentar. Não obstante, no caso do Brasil, a situação mostra uma trajetória bastante distinta.

2.1. A evolução da segurança alimentar no Brasil

A presente reflexão foi elaborada a partir de dados obtidos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Antes de apresentar o quadro de evolução da segurança alimentar brasileira convém fazer uma pequena digressão sobre os dados que serão

analisados. Com efeito, a PNAD representa a fonte de informação mais atualizada sobre o comportamento da população brasileira e que teve, em 2004, uma primeira edição dedicada especialmente ao tema da segurança alimentar, a qual foi reeditada em 2009, permitindo avaliar a evolução dessa questão neste último lustro (IBGE 2004; 2009).

Este levantamento suplementar da PNAD dedicado ao assunto baseia-se na chamada Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), a qual avalia as unidades domiciliares de acordo com os graus de severidade que o fenômeno é vivenciado pelos moradores dos domicílios do país. A EBIA foi desenvolvida com base na metodologia utilizada pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América (USDA), sendo utilizada para medir o grau de insegurança alimentar a partir da percepção dos entrevistados sobre a insuficiência na disponibilidade de alimentos e na qualidade da dieta. A situação de “segurança alimentar” ocorre quando os moradores dos domicílios têm acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.

Já a insegurança alimentar leve se dá quando existe preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro, bem como quando há uma qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos. A insegurança alimentar moderada ocorre em situações em que há uma redução quantitativa da disponibilidade de alimentos entre os adultos e/ou uma ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos.

Por fim, a insegurança alimentar grave é aquela em que há uma redução quantitativa de alimentos entre as crianças e/ou uma ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre as crianças ou, no limite, quando há fome, decorrente de situação em que alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro para comprar alimentos. A EBIA resulta de quatorze perguntas dirigidas aos entrevistados e se insere no contexto da

emergência de várias iniciativas internacionais derivadas do uso de escalas psicométricas de medida direta da Insegurança Alimentar desenvolvidas desde o começo deste milênio. Após estes esclarecimentos, cabe retomar o fio condutor deste artigo.

Desde o começo do governo de Lula da Silva a economia brasileira experimentou um incremento importante medido em termos da evolução de seu produto interno bruto *per capita* (PIB)¹. É somente em 2009 quando há um ponto de inflexão nessa trajetória com um resultado negativo (-1,11%) nesse indicador como resultado dos efeitos da crise econômica mundial. Todavia, passado esse período, a economia brasileira volta a crescer com uma taxa de incremento de seu PIB da ordem de 6,49% em 2010.

O aspecto mais importante a ser destacado é no sentido de reafirmar que os resultados francamente favoráveis constatados no plano econômico contribuíram decisivamente não somente para manter, mas inclusive ampliar a presença e capacidade do Estado brasileiro de intervir no âmbito do combate à fome e à insegurança alimentar. As estatísticas oficiais (IBGE, 2009), construídas com base na aludida Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), indicam que no período compreendido entre 2004 e 2009, os domicílios em situação de segurança alimentar passaram de 65% para 69,8%. Esse quadro mostrou-se mais intenso no âmbito urbano (66,6% para 70,6%) do que no âmbito rural (56,4% para 64,9%).

Todavia, trata-se de uma realidade paradoxal, se temos em mente que o Brasil é uma das grandes potências agroexportadoras do planeta, assumindo uma liderança indiscutível na produção de carnes, cereais e, sobretudo, oleaginosas. Em outras palavras, causa desconcerto saber que o maior produtor de proteína animal do planeta é também a nação em que a chaga da fome assola o mundo rural de forma muito marcante.

A mesma fonte indica que, nesse mesmo intervalo de tempo (2004-2009) a população urbana em situação de insegurança alimentar

leve cresceu de 29,9 para 33,4 milhões de pessoas, mas há que levar em conta que esse dado reflete os efeitos advindos da migração da população que se encontrava na condição de insegurança alimentar moderada e grave cujo número foi sensivelmente reduzido (15,66 para 11,16 milhões e 11,23 para 8,57 milhões de pessoas, respectivamente).

No âmbito rural houve um comportamento uniforme em termos de declínio da insegurança alimentar. A forma leve supôs uma redução absoluta de 286 mil pessoas nessa condição (6,95 para 6,67 milhões), ao passo que as formas leve e grave experimentaram um descenso ainda maior (respectivamente 1,835 milhão e 1,02 milhão).

Outro traço da insegurança alimentar brasileira é que ela é fortemente influenciada pelo componente racial. Assim, se entre 2004 e 2009 a segurança alimentar passou de 71,8% para 75,4 da população brasileira de raça branca, entre os indivíduos da raça preta ou parda essa evolução foi, em termos relativos, bastante mais modesta, passando de 47,6% para 56,6%.

O Brasil é um país de dimensões continentais², mas também sinônimo de desigualdades regionais igualmente impressionantes. Estes contrastes podem ser vistos em termos de certos parâmetros bastante conhecidos como no caso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos Estados da federação, assim como do ponto de vista dos dados sobre insegurança alimentar. É esta a informação reunida nos dados da Tabela 1.

Como se pode observar, entre 2004 e 2009, os domicílios em situação de segurança alimentar do nordeste brasileiro passaram de 46,4% para 53,9%, situação esta bastante similar ao que ocorreu nos estados da região Norte. Todavia, nesse mesmo intervalo de tempo, os domicílios da região meridional do país em situação de segurança alimentar passam de 76,5% para 81,3%. Outro dado que merece ser referido é que em 2009 a região nordeste do Brasil concentrava sozinha quase 51% da população brasileira em situação de insegurança alimentar

Tabela 1

Evolução percentual dos domicílios em situação de segurança alimentar entre os anos 2004 e 2009, segundo as regiões brasileiras.		
Regiões do Brasil	Com segurança alimentar	
	2004	2009
Norte	53,6	59,7
Nordeste	46,4	53,9
Sudeste	72,9	76,7
Sul	76,5	81,3
Centro-Oeste	68,8	69,9

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Segurança Alimentar 2004/2009 (16).

moderada ou grave. Estes dados reforçam a ideia de que a fome e a insegurança alimentar são problemas fortemente regionalizados e que surgem como corolário da desigualdade social, da dificuldade de acesso aos meios de produção (especialmente à terra) e das políticas de promoção à saúde e ao bem-estar social que, indiscutivelmente, atingem, com maior intensidade, as zonas setentrionais do Brasil. No caso dos estados nordestinos o quadro se agrava com as contínuas secas que incidem sobre regiões como o semiárido e o agreste.

Outra faceta da insegurança alimentar brasileira é que ela aparece fortemente associada à escolaridade dos indivíduos. Os dados da Tabela 2 mostram a prevalência da insegurança alimentar moderada ou grave dos moradores dos domicílios das cinco regiões brasileiras segundo condição e anos de estudo da pessoa de referência em 2009. De longe sobressai a situação de regiões como o nordeste do país

onde esta classe de insegurança alimentar alcança sua máxima expressão nos domicílios cuja pessoa de referência não tem qualquer instrução (30,2%) ou que tem apenas entre 1 a 2 anos de escolaridade (30,9%), decaindo claramente sua incidência conforme aumentam os anos de estudo da pessoa de referência. Situação bastante semelhante ocorre no caso da região norte do Brasil.

Os dados do Gráfico 1 mostram, destarte, que a insegurança alimentar está fortemente aderida à renda das pessoas residentes nos domicílios, com marcantes diferenças entre o âmbito urbano e rural. Assim, se no âmbito rural tem-se uma incidência de 46,4% dos domicílios rurais que possuem uma renda *per capita* de até ¼ do salário mínimo nacional, no âmbito urbano ela é de apenas 24,9%. Todavia, conforme a renda *per capita* se incrementa há um declínio substancial na prevalência da insegurança alimentar. Mas há uma outra faceta que deve ser sublinhada nesse confronto entre a realidade urbana e rural. Referimo-nos à redução mais intensa, no meio rural, a partir dos estratos superiores a mais de um salário-mínimo de rendimento mensal domiciliar *per capita*.

Os dados aqui reunidos oferecem um panorama ilustrativo, mas bastante limitado dos alcances obtidos pela sociedade brasileira ao longo do período analisado. Não obstante, para os efeitos que persegue esse artigo, cabe agora realizar um resgate sobre a evolução do debate sobre a fome e a desigualdade social que, em boa medida, ensejou as mudanças e os

Tabela 2

Prevalência percentual da Insegurança alimentar moderada ou grave dos moradores em domicílios brasileiros segundo regiões e anos de estudo da pessoa de referência.						
	Sem instrução	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais
Norte	27,3	27,4	23,7	18,3	11,4	3,6
Nordeste	30,2	30,9	25,7	20,3	11,2	2,5
Sudeste	11,7	11,4	9,5	6,9	4,0	1,1
Sul	9,2	9,6	6,9	5,1	2,6	0,6
Centro-Oeste	14,6	13,5	12,7	9,4	5,3	1,2

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Segurança Alimentar 2004/2009 (16).

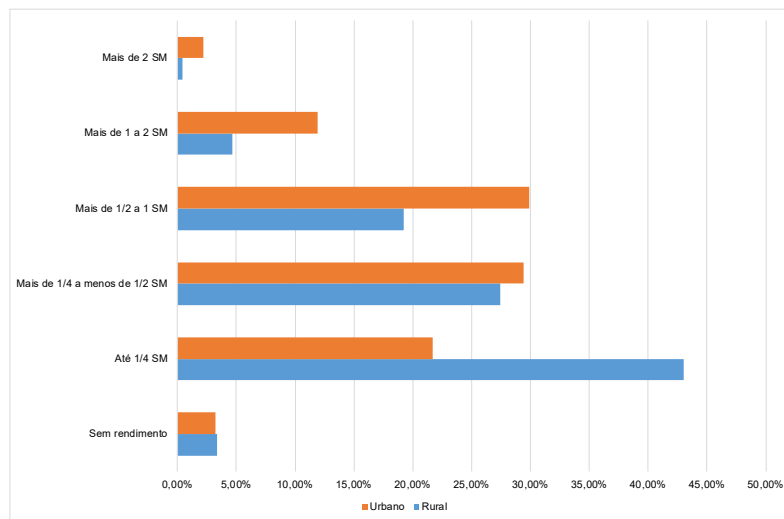


Gráfico 1. Prevalência da Insegurança Alimentar moderada ou grave dos domicílios segundo classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* em 2009.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Segurança Alimentar 2004/2009 (16).

resultados que foram sendo colhidos ao longo do tempo. (Gráfico 1).

3. Aproximação sobre a trajetória do debate sobre segurança alimentar e nutricional no Brasil

Concebida há mais de cinquenta anos pelo médico e epidemiologista Josué de Castro a Geografia da Fome (Castro, 1967) é vista como um marco fundamental para analisar a evolução deste tema no Brasil. A sua grande contribuição está em demonstrar que a fome é uma manifestação biológica de um problema social, cuja elucidação de suas causas só pode ser feita a partir do conhecimento detalhado tanto da organização social e técnica da produção alimentar quanto das possibilidades e dos limites que o meio natural oferece para sua expansão (Abramovay, 1996).

Após uma longa carreira de êxitos científicos e de haver sido convertido em referência mundial neste assunto, Josué de Castro teve seus direitos políticos cassados pelo regime militar que dominou o Brasil durante os chamados “anos de chumbo” (1964-1985), vivendo seus

últimos anos no exílio, em Paris, onde passou a ministrar aulas na Universidade de Sorbone. Como bem definiu Melo Filho,

O principal mérito de Josué de Castro talvez tenha sido o de revelar o fenômeno da fome para a humanidade, desnaturalizando-o e demonstrando que foram as relações sociais e econômicas, estabelecidas entre os homens, que o produziram e o mantêm. Em estilo autobiográfico, ele confessa que logo cedo entrou em contato com a fome nos alagados, nos mangues do Capibaribe e nos bairros miseráveis do Recife (Melo Filho, 2003, p. 511).

Publicado há pouco mais de quatro décadas, um dos grandes estudos etnográficos brasileiros (*Os Parceiros do Rio Bonito*) coincide com as mesmas premissas enunciadas por Castro. Nessa obra seminal, encontramos a defesa de uma “sociologia dos meios de subsistência” como caminho através do qual iluminar-se-ia um importante campo de intervenção estatal, até então visto como matéria quase exclusiva da perspectiva acadêmica. Neste estudo tem-se a exata dimensão de que as necessidades alimentares ostentam um duplo caráter: natural e social, mais além de simples expressão de impulsos orgânicos (Cândido, 1987).

Tais obras, mais além do seu valor intrínseco, servem para fortalecer a convicção de que a fome é socialmente produzida, além de ser erroneamente assumida como fatalidade, especialmente na parte setentrional do país, onde à iniquidade que domina o mundo rural se somam as inclemências climáticas de intermináveis ciclos de estiagens.

Existe amplo consenso de que os anos 1980 entraram para a história como a “década perdida” (Bielschowsky, 2009), devido aos efeitos produzidos pela estagnação econômica, altas taxas de inflação e crise fiscal do Estado brasileiro. Paradoxalmente, coincide com o processo de redemocratização nacional, após vinte e um anos de ditadura militar. Este período, de inegáveis avanços políticos, tem como ponto culminante a promulgação da carta magna, também chamada de “Constituição Cidadã” (Prado, 2011). É, não obstante, durante a década de 1990 que o tema da fome emerge com força na arena política nacional, sobretudo a partir do surgimento de um movimento social suprapartidário conhecido como “Ação da Cidadania contra a fome, a miséria e pela vida”, liderado pelo sociólogo Herbert de Souza. Ao fim e ao cabo, a ampla mobilização nacional serviu para ampliar o leque de alianças em torno ao PT, contribuindo decisivamente para a ascensão de Luís Inácio Lula da Silva à presidência da república em 2002, como aludimos anteriormente.

O “Fome Zero”, criado em 2003 por Lula, é, em verdade, um programa governamental³ que integra mais de trinta programas complementares dedicados a combater as causas estruturais da fome e da insegurança alimentar, tendo o Bolsa Família como uma das iniciativas mais importantes ao beneficiar 12,7 milhões de famílias com um orçamento anual de 13,4 bilhões de reais ou aproximadamente 8,37 bilhões de dólares.

Através desta política pública tem-se a transferência direta de renda a famílias em situação de vulnerabilidade social, condicionada à matrícula e frequência regular de seus filhos (com idade compreendida entre 6 e 17 anos) à escola. Outro aspecto interessante

é que o “Bolsa Família” está atrelado a outras políticas públicas que ampliam sensivelmente a cobertura do sistema de proteção social (vacinação dos filhos, acompanhamento a mães gestantes ou lactantes, atendimento pré-natal e acompanhamento de sua saúde e do bebê). Além disso, vale frisar que o “Fome Zero” se assenta sobre quatro grandes eixos, quais sejam: a) acesso aos alimentos; b) fortalecimento da agricultura familiar; c) geração de renda; d) articulação, mobilização e controle social.

Os avanços conquistados pelo Brasil em matéria de redução da pobreza, combate à fome e desigualdade social são reconhecidos em nível mundial, como bem sublinhamos na parte inicial desse artigo. Desde nosso ponto de vista, tais logros servem, ao menos, para reduzir o desconforto de saber que o país que é considerado um dos celeiros do mundo avançou no combate a uma fome que, ironicamente, atinge muito mais o campo do que a cidade.

Não obstante, o grande salto da estratégia brasileira, e que guarda estreitos vínculos com o enfrentamento a essa realidade é, sem dúvida, a criação dos mercados institucionais, tema que abordaremos na próxima subseção desse artigo.

3.1. Os mercados institucionais: a grande inovação social brasileira

A política de transferência direta de renda para combater a fome e pobreza não representa nenhuma novidade na história universal. No auge da grande depressão econômica, em meio aos efeitos da crise de 1929, os Estados Unidos da América criam os chamados *food stamps*, espécie de bônus ou cupons que visam assegurar o acesso aos alimentos por parte da população de baixa ou sem nenhuma renda daquele país.

Esse programa sofreu, ao longo do tempo, uma série de transformações, mas jamais deixou de existir. Segundo dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, 2011), em 2010 foram gastos 64,7 bilhões de dólares

em cupons de alimentos, equivalentes a um ingresso médio mensal de 133,49 dólares *per capita* em cada domicílio beneficiado. Nessa mesma data, segundo a mesma fonte, nada menos que 45.183.931 de americanos foram atendidos por essa política pública.

Mas, em que consiste a singularidade dos mercados institucionais do Brasil? Primeiramente, é preciso esclarecer quais são as duas principais modalidades de mercados institucionais e como estes podem ser definidos. De um lado, temos o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e, de outro, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O PAA foi criado em 2003, durante o primeiro mandato do presidente Lula, através do qual, o Governo Federal assegura a compra antecipada dos produtos de agricultores familiares que passam a ser chamados de “beneficiários produtores”. A produção adquirida é destinada aos “beneficiários consumidores” (asilos, creches, albergues, hospitais, refeitórios públicos, etc.). Através deste programa os alimentos são adquiridos sem a necessidade de licitação, a preços de referência, os quais não podem ser superiores ou inferiores aos praticados nos mercados regionais. Existem atualmente seis modalidades de PAA, quais sejam, a) compra de alimentos com doação simultânea; b) compra direta da agricultura familiar; c) apoio à formação de estoques; d) incentivo à produção e consumo de leite; e) compra institucional; f) aquisição de sementes.

O PNAE corresponde à segunda modalidade de mercado institucional. Essa política pública existe oficialmente desde os anos 1950, mas é, sobretudo, em anos recentes que sofre uma verdadeira revolução do ponto de vista da filosofia e regras de funcionamento. Isso se dá a partir do momento em que uma legislação específica (Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009) estabelece que a alimentação escolar é um direito fundamental, do mesmo modo que a educação pública. Não obstante, o aspecto crucial refere-se ao fato de determinar que, ao menos, 30% dos recursos financeiros repassados aos municípios pelo governo

federal para o financiamento da alimentação (Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar – FNDE) devam ser utilizados na compra direta dos produtos da agricultura familiar, preferentemente no âmbito local.

Além disso, se os produtos são oriundos da agricultura orgânica ou ecológica, paga-se um preço prêmio de até 30% sobre o valor médio praticado em âmbito regional. Essa regra se aplica, também, ao caso do aludido PAA. Esse aspecto, por si só, reveste importância para a afirmação da agricultura familiar de base ecológica e para qualificar a construção social da qualidade dentro destas cadeias singulares de suprimento alimentar. Conforme Grisa,

Os mercados institucionais podem ser objetivamente definidos como uma configuração específica de mercado em que as redes de troca assumem estrutura particular, previamente determinada por normas e convenções negociadas por um conjunto de atores e organizações, onde o Estado geralmente assume papel central, notadamente através de compras públicas (Grisa, 2009, p. 5).

Como fica evidenciado, a dinâmica e a lógica de funcionamento dos mercados institucionais divergem frontalmente do que ocorre nos canais convencionais, marcados pela concorrência entre os agentes intervenientes nos processos de compra e venda de produtos. Nesse caso, como bem ilustra a realidade, a tendência é a formação de oligopólios e de uma perversa lógica de favorecimento a grandes grupos econômicos (complexos agroindustriais) que passam a dominar a oferta de alimentos processados, não raras vezes de duvidosa qualidade nutricional.

Nesse sentido, tanto no caso do PAA quanto do PNAE os preços dos artigos seguem os preços referenciais praticados regionalmente. A diferença está no fato na garantia oferecida aos agricultores pelo ente governamental (escolas da rede pública, órgãos da administração, universidades, etc.). O processo de contratação se estabelece através de Chamadas Públicas (editais) em que os agricultores familiares, devidamente representados por suas

organizações (associações e cooperativas), se apresentam como fornecedores de produtos agropecuários (frescos e processados).

Aos estudantes e à população em geral beneficiada por tais programas é assegurado o acesso a alimentos frescos, produzidos regionalmente e plenamente identificados com a cultura gastronômica local. No caso das escolas da rede pública (federal, estadual e municipal) abre-se um espaço rico para introduzir boas práticas alimentares, questão que ganha importância renovada no momento em que cresce a preocupação em relação a uma verdadeira epidemia de obesidade produzida por hábitos inadequados (excesso de açúcares e gorduras) ligados ao consumo intensivo de produtos industrializados.

Ainda do caso do PNAE, ao obrigar a que as prefeituras municipais destinem ao menos 30% dos recursos na compra de produtos da agricultura familiar, abre-se um espaço crucial para qualificar os produtores familiares no sentido de atenderem a demanda. É um limite mínimo, mas há inclusive situações em que esse percentual supera, em muito, ao patamar exigido. No estado do Rio Grande do Sul há localidades (Ipê, Antonio Prado) em que 100% da produção adquirida é de caráter local, além

de ser de natureza orgânica, ou seja, sem o uso de produtos de síntese e de agrotóxicos.

Os dados da Tabela 3 dão uma ideia da dimensão que assumiu o PNAE em termos de educandos atendidos no país. A mudança que ocasionou a nova versão do PNAE (Lei nº 11.947) trouxe consigo a possibilidade de que a agricultura familiar brasileira tivesse acesso a recursos que, em 2014, alcançaram quase R\$ 3,7 bilhões (FNDE, 2015).

É possível perceber, nos dados da Tabela 3, a evolução ininterrupta dos recursos aplicados através do PNAE, assim como do número de alunos atendidos, que em 2014, alcançou 42,2 milhões. Com efeito, entre 1995 e 2014 o número de indivíduos beneficiados sofreu um incremento da ordem de 27,1%, ao passo que o volume de recursos foi multiplicado quase 6,3 vezes. Indubitavelmente são dados bastante eloquentes sobre a dimensão que alcança esse programa.

Destarte, há outros dados e informações que permitem aquilatar a importância alcançada pelos mercados institucionais. Com efeito, os dados da Tabela 4 nos mostram a trajetória do PAA em termos do número de agricultores familiares (os beneficiários-produtores). Assim,

Tabela 3

PNAE - Evolução dos recursos financeiros (em milhões de reais) e alunos atendidos (em milhões), período 1995-2014.					
Ano	Alunos atendidos (em milhões)	Recursos Financeiros (em milhões de reais)	Ano	Alunos atendidos (em milhões)	Recursos Financeiros (em milhões de reais)
1995	33,2	590,1	2005	36,4	1.266
1996	30,5	454,1	2006	36,3	1.500
1997	35,1	672,8	2007	35,7	1.520
1998	35,3	785,3	2008	34,6	1.490
1999	36,9	871,7	2009	47,0	2.013
2000	37,1	901,7	2010	45,6	3.034
2001	37,1	920,2	2011	44,4	3.051
2002	36,9	848,6	2012	43,1	3.306
2003	37,3	954,2	2013	43,3	3.542
2004	37,8	1.025	2014	42,2	3.693

Fonte: FNDE, 2015.

Tabela 4

Evolução do número de agricultores familiares (beneficiários-produtores) durante o período compreendido entre 2003 e 2014, segundo as grandes regiões brasileiras.						
Ano	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Total
2003	7.650	3.393	5.603	5.015	19.803	41.464
2004	12.599	7.437	1.608	13.997	33.056	68.697
2005	18.229	10.373	1.050	7.922	32.118	69.692
2006	46.577	24.901	4.531	10.613	64.297	150.919
2007	30.055	32.375	3.375	9.045	59.724	134.574
2008	32.147	33.153	4.242	7.670	61.073	138.285
2009	41.785	31.145	4.023	8.856	56.572	142.381
2010	39.290	29.095	6.359	11.066	71.154	156.964
2011	30.275	36.420	7.492	11.425	74.494	160.106
2012	46.846	40.575	10.698	12.233	75.135	185.487
2013	16.174	20.010	5.308	8.870	46.171	96.533
2014	19.417	29.191	5.779	12.093	40.640	107.120
Total	341.045	298.068	60.068	118.805	634.237	1.452.222

Fonte: FNDE, 2015.

se em 2003 esse programa adquiriu a produção de pouco mais de 41 mil agricultores, em 2012 o mesmo dado equivale a 185.487.

Vale frisar que o destaque fica a cargo dos estados da região nordeste, que no último ano considerado (2014), concentraram quase 38% dos produtores contemplados através deste programa, coincidentemente a mais frágil e problemática das grandes regiões brasileiras. Esse fato é transcendental justamente diante da possibilidade de redistribuir a renda nacional e de combater desigualdades. Contudo, apesar desse crescimento, o alcance do PAA em termos do universo de explorações familiares do Brasil é ainda bastante limitado, especialmente se considerarmos a existência de aproximadamente cinco milhões de produtores. Nesse contexto, a abrangência do PAA equivale a escassos 2,1%. (Tabela 3).

Os mercados institucionais têm sido vistos, conjuntamente, como oportunidade e incentivo para engendrar a criação de novas formas de associativismo requeridas pela dinâmica de ambos os programas, especialmente de microcooperativas. Planejar a oferta de produtos e organizar a distribuição dos mesmos junto às escolas, hospitais, asilos, etc., torna-se fundamental para o atendimento

da demanda. Outro aspecto importante é que as compras governamentais contribuem para reduzir a atuação de atravessadores que invariavelmente se aproveitam do atomismo e isolamento dos produtores para lucrar na compra de hortifrutigranjeiros que serão vendidos aos consumidores finais. (Tabela 4).

Resgatar a vocação precípua da agricultura familiar no sentido de produzir alimentos de qualidade não pode ser visto como algo desprezível, sobretudo no caso de populações acostumadas ao descaso e à falta de apoios de toda ordem. No pequeno município de São Lourenço do Sul, interior do Rio Grande do Sul, a invisibilidade oficial vivenciada pelas comunidades rurais negras remanescentes de quilombos foi substituída por uma virtuosa dinâmica, onde os produtos produzidos por esse coletivo são adquiridos pelas escolas públicas do campo e da cidade para alimentar os estudantes. Esse é outro desdobramento destas políticas públicas que é difícil de mensurar a partir de critérios estritamente quantitativos e/ou econômicos.

De forma pragmática poder-se-ia dizer que a criação destes mercados deve ser atribuída à confluência de três importantes vetores. Em primeiro lugar, ao esforço estatal no afã

de consolidar o espaço da agricultura familiar iniciado no começo da segunda metade dos anos noventa. Em segundo lugar, ao protagonismo das forças que militam no campo da agricultura familiar. Com efeito, tem-se a construção de uma nova agenda pública que emerge da criação destes mercados, qualificando um debate que até então estava centrado na simples demanda de crédito para financiar a atividade agropecuária.

Em terceiro lugar há que ressaltar as circunstâncias políticas do Brasil no período coincidente com a chegada do PT ao poder, em meio à necessidade de ampliar o leque de alianças com os movimentos sociais e de resgatar compromissos históricos com a redução das desigualdades, sobretudo no caso de regiões rurais marcadas pela estagnação econômica e por processos seculares de exclusão social. Em boa medida, esse é o quadro que se impõe sobre amplas zonas dos estados setentrionais, especialmente no caso do semiárido nordestino.

As avaliações sobre os alcances dos mercados institucionais se dividem entre, de um lado, o ceticismo daqueles que criticam a excessiva intervenção do Estado na condução dos processos e, de outro, na posição assumida por alguns grupos claramente ufanistas, os quais fazem ouvidos moucos às críticas relativas aos entraves burocráticos, à fragilidade das estruturas de governança e à necessidade de aprimorar o seu funcionamento.

Convergemos com Hespanhol (2013) quando afirma que, não obstante a ampliação do PAA ocorrida na última década em termos do número de agricultores familiares envolvidos, do volume de recursos utilizados e das pessoas beneficiadas, sua abrangência ainda é bastante reduzida em nível de país. Nesse sentido, como bem destacou: “Se considerarmos apenas o número de produtores participantes do PAA em 2011, verificamos que representam apenas 3,68% do total de estabelecimentos de agricultores familiares contabilizados pelo Censo Agropecuário do IBGE de 2006” (Hespanhol, 2013, p. 473).

Por fim, mas não menos importante, ao analisar conjuntamente o funcionamento e os resultados colhidos tanto no caso do PAA como do PNAE, o balanço final é muito positivo. Concretamente as virtudes de ambos programas devem ser vistas como a materialização das teses de Amartya Sen, particularmente no que tange à importância dos mercados como ferramenta de inclusão social e redução das desigualdades.

O desenvolvimento, segundo o economista indiano e prêmio Nobel de economia (1998), consiste no processo de expansão das liberdades. Nesse sentido, o atraso, decididamente, não é uma questão de baixa renda, mas da existência de fontes que privam as pessoas de fazerem suas escolhas ou do exercício pleno da cidadania.

Acesso à saúde, ao saneamento básico, à educação, à proteção pelo Estado ou ao transporte público são tão importantes quanto criar as condições para que os agricultores familiares, assentados da reforma agrária ou comunidades remanescentes de quilombos possam produzir alimentos e comercializar adequadamente o fruto do seu trabalho, sem que se imponham sobre eles a ganância dos atravessadores, das grandes redes de comercialização, e sem prejuízo ao regramento ético e legal no uso de recursos públicos.

Contrariando muitas opiniões, Sen advoga a necessidade de reconhecer o papel dos mercados como uma ferramenta criativa para operar a inclusão social, promover a equidade e ampliar as perspectivas daqueles que historicamente estão alijados de acessar os elevadores de ascensão social. Segundo suas próprias palavras, “No contexto dos países em desenvolvimento, a necessidade de iniciativas de política pública na criação de oportunidades sociais tem importância crucial” (Sen, 1999, p. 170).

A experiência brasileira serviu de fonte inspiradora para a implantação de mercados institucionais em outros países do mundo, sobretudo no continente africano (Nigéria, Senegal, Etiópia, Moçambique e Malauí) a partir de projetos de cooperação liderados pela ONU.

4. Considerações finais

O país do agronegócio exportador, segundo maior produtor de soja do planeta e que lidera a produção mundial de café, açúcar, etanol e laranja, de carne bovina e de aves, é também uma nação em que uma expressiva parcela da população convive com a fome e a desnutrição. Os dados que apresentamos na primeira parte desse artigo mostram que o Brasil avançou na última década, mormente porque o enfrentamento a essa questão converteu-se em política de Estado.

Contrariando a situação dos países da América Latina e Caribe, o Brasil colheu resultados expressivos e cumpriu as metas propostas no objetivo do milênio muito antes do previsto. Uma análise apressada transfere o êxito às políticas de transferência direta de renda aos setores fragilizados da população. Todavia, os dados que aqui apresentamos mostram que esse país foi capaz de produzir inovações sociais muito relevantes. Esse é indiscutivelmente o caso dos mercados institucionais, sistema que permite conjugar, a um só tempo, segurança alimentar e nutricional, desenvolvimento local, equidade e inclusão social.

O cenário presente dos mercados institucionais cobra relevância como objeto de estudo não somente em termos dos triunfos colhidos num curto espaço de tempo, mas por mostrar a natureza transversal e multifacetada da segurança alimentar. Conciliar a inclusão social através do apoio à agricultura familiar, criar tecido social onde jamais existiu, ampliar o acesso às fontes públicas de financiamento, fomentar a ética do trabalho, reduzir as distâncias materiais e simbólicas que separam produtores e consumidores, estimular o associativismo e a produção agrícola sustentável e preconizar uma alimentação saudável para jovens e adultos conformam apenas algumas das faces de um imenso caleidoscópio de possibilidades abertas à reflexão. E se as teses aqui expostas contribuem no exame da realidade e na busca de caminhos de superação, damos por sentadas as premissas que marcaram a elaboração desse artigo.

NOTAS

¹ Há um comportamento francamente positivo na evolução do PIB no Brasil durante a última década, alcançando um incremento de 3,1% em 2002; 1,1% em 2003; 5,8% em 2004; 3,2% em 2005; 4,0% em 2006; 6,1% em 2007; 5,1% em 2008; -0,1% em 2009 e 7,5% em 2010, 4,0% em 2011, 1,9% em 2012, 3,0% em 2013 e 0,5% em 2014. Nos anos subsequentes o país entra em recessão econômica, interrompendo a trajetória virtuosa dos anos precedentes. Em 2015 o PIB regride a (-3,8%) e, em 2016, a (-3,6%) (IBGE, 2017).

² Em termos geográficos, o Brasil se subdivide em cinco grandes regiões (norte, nordeste, centro-oeste, sudeste e sul), que abarcam os vinte e seis estados que compõem a república federativa brasileira. Ainda que estas cinco regiões não representem unidades administrativas autônomas, expressam, não obstante, a diversidade territorial. A região norte é a maior, compreendendo os estados de Amazonas, Pará, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá e Tocantins. A região nordeste compreende os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia e Sergipe. À região sudeste pertencem Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, e à região centro-oeste os estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal (Brasília). Finalmente, a região Sul compreende os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

³ Os programas surgidos sob a égide do governo Lula da Silva e articulados em torno ao “Fome Zero” representam uma versão ampliada do que até então havia surgido durante os dois sucessivos mandatos de Fernando Henrique Cardoso, como é o caso do “Comunidade Solidária”, criado em 1995.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abramovay, R. (1996). A atualidade do método de Josué de Castro e a situação alimentar mundial. *RER*, 3(4), 81-102.
- Anjos, F. S.; Caldas, N. V. & Sivini, S. (2016). A agricultura familiar no Brasil: caminhos de inovação, espaços de afirmação. *Agroalimentaria* (Caracas), 22, 119-134.
- Belik W., Silva J. G. & Takagi, M. (2001). Políticas de Combate Fome. *Perspectiva*, 15(4), 119-29.
- Bielschowsky, R. (2009). Sesenta años de la CEPAL: estructuralismo y neoestructuralismo. *Revista de la CEPAL*, 97, 173-94.
- Candido A. (1987). *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades.
- Castro J. (1967). *Geografia da fome: o dilema brasileiro, entre o pão e o aço*. São Paulo: Brasiliense.
- Feliciello D. & Garci R. W. D. (1996). Cidadania e solidariedade: as ações contra a miséria. Em M. A. Galeazzi (Org). *Segurança alimentar e cidadania; as contribuições das universidades paulistas* (215-231). Campinas, São Paulo: Mercado de Letras.
- Graziano da Silva, J. & Tavares, L. (2008). Segurança alimentar e a alta dos preços dos alimentos: oportunidades e desafios. *Segurança Alimentar e Nutricional*, 15(1), 62-75.
- Grisa, C. (2009). Desenvolvimento local, políticas públicas e meios de vida: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos. *Estudo & Debate*, Lajeado, 16, 67-92.
- Hoffmann R. (2006). Segurança Alimentar e Produção de Etanol no Brasil. *Revista Segurança Alimentar e Nutricional*, 13(2), 1-5. Recuperado de [http://www.unicamp.br/nepa/arquivo_san/Producao_de_Etanol.pdf].
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2004). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Segurança Alimentar 2004. Recuperado de [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/suplalimentar2004/supl_alimentar2004.pdf].
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2009). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Segurança Alimentar 2004/2009. Recuperado de [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/seguranca_alimentar_2004_2009/pnadalimentar.pdf].
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2009). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Segurança Alimentar 2004/2009. Recuperado de [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/seguranca_alimentar_2004_2009/pnadalimentar.pdf].
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2010). PIB cresce 2,7% no primeiro trimestre de 2010 e chega a R\$ 826,4 bi. Recuperado de [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1631&id_pagina=1].
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Coordenação de Contas Nacionais. Recuperado de [https://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?t=produto-interno-bruto-br-valores-correntes&vcodigo=SCN52].
- Maluf, R. S., Menezes F. & Valente F. L. (1996). Contribuição ao tema segurança alimentar no Brasil. *Revista Cadernos em Debate*, IV, 66-88. Recuperado de [http://www.unicamp.br/nepa/arquivo_san/Contribuicao_ao_Tema_da_Seguranca_Alimentar_no_Brasil.pdf].
- Melo Filho, D. A. (2003). Mangue, homens e caranguejos em Josué de Castro: significados e ressonâncias. *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, 10(2), 505-24.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). (2015). Recuperado de [http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/compras-governamentais]. Consultado [15-08-2015].
- Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). (2008). Crop Prospects and Food Situation - Regional reviews. Recuperado de [http://www.fao.org/docrep/010/ah881e/ah881e07.htm#23].
- Organización de las Naciones Unidas para la agricultura y la alimentación – FAO (2010). Panorama de la Seguridad Alimentaria y Nutricional en América Latina y el Caribe. Recuperado de [http://www.fao.org/docrep/018/i3068s/i3068s.pdf].
- Portal Brasileiro de Dados Abertos. (2015). Indicadores sobre PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar. Recuperado de [http://www.dados.gov.br/dataset/paa-programa-de-aquisicao-de-alimentos-da-agricultura-familiar]. Consultado [16-08-2015].
- Prado, M. E. (2011). A longa viagem da incompletude cidadã no Brasil. Do modelo de cidadania corporativa inspirado em Oliveira Vianna à crise da cidadania universal. *História Actual Online*, 24, 133-138.